



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1787373 - SP (2018/0335069-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : JOSÉ ROBERTO NEUBERN
ADVOGADOS : CLÁUDIA MARIA CARVALHO DO AMARAL VIEIRA E
OUTRO(S) - SP086890
GIOVANNA MARIA B R DE VASCONCELLOS E OUTRO(S) -
SP130131
RECORRIDO : BANCO CREDICARD S.A
ADVOGADOS : ELIO ANTÔNIO COLOMBO E OUTRO(S) - SP021991
CRISTIANE MARIA LEBRE COLOMBO - SP146373

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. INEXISTÊNCIA. MODIFICAÇÃO, REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de revisão de cláusulas contratuais.
2. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência capitalização mensal de juros na pactuação firmada entre as partes, exige o reexame de fatos e a interpretação de cláusulas contratuais, vedados em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.n. Agravo conhecido.
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por JOSÉ ROBERTO NEUBERN, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 12/04/2018.

Concluso ao gabinete em: 17/12/2018.

Ação: de revisão de cláusula contratual cumulada com repetição de indébito ajuizada pelo recorrente em face de Credicard S/A Administradora de Cartões de Crédito.

Sentença: julgou parcialmente procedente a ação.

Acórdão: negou provimento às apelações das partes, nos termos da

seguinte ementa:

AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - Reexame de acórdão na forma dos artigos 1.040 e 1.041 do Código de Processo Civil (correspondentes ao artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973) - Hipótese em o acórdão recorrido está em perfeita consonância com a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 973.827/RS - Contrato bancário que prevê expressamente a cobrança de juros capitalizados mensalmente - Novos juros incidiram somente sobre o capital, o que não configura anatocismo - Manutenção do acórdão anteriormente prolatado ,RECURSO NÃO PROVIDO. (e-STJ, fl. 109)

Recurso especial: alega violação dos arts. 51, § 10º, III, do CDC e 4º, do Decreto n. 22.626/33. Pugna, em suma, pelo afastamento da capitalização mensal dos juros.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Do reexame de fatos e da interpretação de cláusulas contratuais

O Tribunal de origem, ao examinar o tema, consignou à fl. 1.103 (e-STJ), não haver capitalização de juros no contrato de financiamento firmado entre as partes, fruto de renegociação de dívida decorrente de inadimplemento de obrigação oriunda de cartão de crédito.

Destarte, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência capitalização mensal de juros, exige o reexame de fatos e a interpretação de cláusulas contratuais, vedados em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora